

## **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade\***

Marcos Aurelio Saquet\*\*

### **Resumo**

Apresentamos as principais abordagens do conceito de território, constituídas entre os anos 1950-80, no intuito de subsidiar a compreensão do movimento e da (i)materialidade do território e da territorialidade. Ao mesmo tempo, socializamos considerações metodológicas para o entendimento do movimento do pensamento e da ciência. E esta discussão é fundamental, como uma das formas para tentar avançar nos estudos territoriais, sem modismos e reducionismos.

**Palavras-chave:** Território; territorialidade; processo; materialidade e imaterialidade.

The different approaches on territory and the apprehension of movement and the (i)materiality

### **Abstract**

We present the main approaches of territory conception, constituted between 1950-80, aiming to subsidy the understanding of movement and (i)materiality of territory and territoriality. At the same time, we have socialized methodological considerations to understand the thought and science movement. This discussion is

---

\* Texto relativo ao estágio de pós-doutorado efetivado em 2006, no Politecnico e Università di Torino, com o prof. Dr. Giuseppe Dematteis e com financiamento da CAPES.

\*\* Professore do Departamento de Geografia da UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão – PR (saquetmarcos@hotmail.com).

important, as a way to try to advance in territorial studies, with no fads and reductionisms.

**Key words:** Territory; territoriality; process; materiality and immateriality.

### **Apresentação**

Em Saquet (2003/2001), tentamos pensar alguns elementos para uma argumentação teórico-metodológica que articule, concomitantemente, o tempo, o espaço e o território e, aspectos da economia, da política e da cultura, na abordagem geográfica do território. Temos trabalhado para elaborar uma proposta de estudos territoriais, que contemple o movimento histórico e multiescalar.

Minha dedicação, a partir de 1996, aos estudos territoriais, justifica-se pela limitação de nossos procedimentos teórico-metodológicos, centrados nos conceitos de território e territorialidade, para apreender aspectos do *real* e para atuar em projetos de desenvolvimento local. É fundamental aprofundarmos a reflexão sobre as diferentes abordagens dos conceitos de território e territorialidade, para se avançar na elaboração de proposições teórico-metodológicas que sejam coerentes com o *real*. Há uma relação mútua entre o movimento *do* e *no real* e o movimento de nosso pensamento: ambos se condicionam e nossos estudos precisam ser elaborados *a partir* e *com* os fenômenos e processos de nossa vida cotidiana.

O processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre os tempos histórico e coexistente (multiescalar). No território há uma conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem (E-P-C-N).

Desta forma, evidenciamos quatro questões neste texto: a) procedimentos para o estudo da ciência; b) diferentes abordagens do território; c) o movimento e a relação recíproca e de unidade

existente entre as dimensões sociais do território (economia, política e cultura) e entre estas e a natureza; d) a articulação entre os processos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização.

Tratamos de procedimentos metodológicos e de diferentes abordagens do conceito de território, no intuito de sugerir alguns *caminhos* para o pesquisador que estiver preocupado com o conceito e com a efetivação do território no *real*. A seguir, fizemos algumas considerações sobre o movimento e as articulações territoriais, destacando questões que julgamos centrais para um estudo coerente da des-re-territorialização e da (i)materialidade de nossa vida cotidiana.

### **Considerações metodológicas para a compreensão do movimento do pensamento**

Partimos de dois pressupostos fundamentais:

a) como alertara coerentemente Quaini (2003), a história e a identidade são atributos tanto das pessoas como das disciplinas científicas e ganham seus contornos e significados quando estudados (examinados, recordados...), meticulosamente. São poucos os que se preocupam, embora participando de grupos de estudos, departamentos, universidades e outras escolas, com a história da geografia. Uma ciência que é feita por indivíduos que vivem em sociedade. Há uma geografia ou geografias e geógrafos, sobre os quais aprendemos e ensinamos, mas que conhecemos muito pouco. Isto, sem falar na geografia que fazemos e vivemos todos os dias. Como afirmara Dematteis (1985): quem pratica a geografia tem pouca clareza disto; quem acredita que a conhece, sabe muito pouco. Trata-se de construir um pensamento e uma ciência com história, identidade, memória, auto-reflexão e avaliação.

b) as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas e em unidade, efetivam o território, o processo social, *no e com o* espaço geográfico, centrado e emanado *na e da* territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes

centralidades, temporalidades e territorialidades. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se *na* e *com* a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida e é nesta que se concretiza a territorialidade.

O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num *campo de poder*, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras, como mencionamos em Saquet (2003/2001 e 2004).

No entanto, há necessidade de aprofundamento na compreensão das diferentes abordagens e concepções dos conceitos de território e territorialidade, em virtude de lacunas teórico-metodológicas existentes, da necessidade de se re-construir aspectos da história da geografia e para subsidiar a elaboração de uma abordagem (i)material do território e da territorialidade. É fundamental esclarecer alguns processos efetivados na construção do pensamento (ou do *saber*, como prefere M. Quaini) geográfico, subsidiando a efetivação de saltos quanti-qualitativos em nossos estudos, numa relação recíproca entre pensamento e *real*.

Nesse sentido, alguns estudos têm orientado nossa pesquisa, pois contemplam o conceito de território e os métodos científicos, subsidiando de maneira objetiva a compreensão de diferentes abordagens, a elaboração de procedimentos, questões e argumentações: Gottmann (1973), Vagaggini e Dematteis (1976), Raffestin (1980/1981/1993), Dematteis (1970, 1985 e 1995), Quaini (2003 e 2005), Haesbaert (2004) e Saquet (2004). Estas obras e autores, cada qual com suas preocupações e abordagens, constituíram nosso ponto de partida. Estudos como os de Corrêa (1989 e 1995), nos quais o autor está preocupado com o tratamento dado historicamente ao conceito de espaço geográfico, também subsidiaram nossos estudos.

Gottmann (1973), ao tratar dos *significados do território*, afirma que estes *evoluíram* consideravelmente desde a antiguidade

até o século XX. Esta *evolução* ocorreu em virtude da mudança da natureza da soberania, especialmente, em razão do *progresso* tecnológico e do exercício da soberania. O território é organizado historicamente por *agentes humanos*, política, jurídica e economicamente. Na concepção de Gottmann (1973), há relações sociais de domínio e controle e o território tem um caráter *concreto, material* e político-ideológico. Muda o significado do território conforme se re-organiza a sociedade e este foi um dos primeiros indicativos significativos para nossas reflexões.

Vagaggini e Dematteis (1976) indicam os caminhos teórico-metodológicos efetivados na geografia moderna, evidenciando procedimentos para este tipo de pesquisa e a possibilidade de apreensão do movimento, no *real*, através do método dialético e do conceito de território; Raffestin (1980/1981/1993), após fazer uma importante discussão sobre a geografia política e sobre o conceito de poder, reflete sobre os conceitos de território e territorialidade e seus componentes basilares no *real*, contendo várias referências e apontamentos sobre a história da geografia e a interpretação destes conceitos. Haesbaert (2004), por sua vez, ao refletir sobre *o mito da desterritorialização*, aborda diferentes interpretações do conceito de território, dividindo-as em *perspectivas materialistas, idealistas* e *uma integradora*; evidencia estudos de G. Deleuze e F. Guattari, a relação espaço-tempo, a desterritorialização e propugna em favor da multiterritorialidade. É uma obra também basilar para a pesquisa que fizemos até o momento, pois faz uma reflexão profunda, ensina sobre a pesquisa epistemológica e tem marcado muitos estudos territoriais feitos no Brasil.

Anteriormente, Dematteis (1970), ao estudar a história da geografia moderna, evidenciara suas bases epistemológicas e a necessidade de superação da dicotomia existente entre a geografia física e a geografia *antrópico-econômica*. A partir de estudos de P. Claval e L. Gambi, Dematteis caracteriza a *geografia tradicional* de base positivista e argumenta em favor de uma *geografia histórico-crítica*, na qual o conceito de território ganha centralidade.

O território, conforme Dematteis (1970), é uma construção social, com desigualdades (entre *níveis* territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...) e relações *horizontais* (entre as pessoas, produção, circulação...) e *verticais* (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat etc.), isto é, significa uma *complexa* combinação de certas *relações territoriais*.

Giuseppe Dematteis reconhece, já naquele momento, a complexidade dos problemas territoriais, inerentes à *coexistência*, no espaço, de  *fatos* heterogêneos combinados territorialmente e, a articulação entre a discussão teórico-metodológica da geografia e aspectos do *real*; enaltece a atuação dos sujeitos sociais na reorganização do território, o que é outra contribuição importante para nossa reflexão, pois procedimentos e categorias que se utilizam para estudar fenômenos e processos do *real* podem ser utilizados para se estudar o movimento do pensamento. Este próprio movimento é inerente ao processo de construção histórica e multiescalar do território, enfim, à nossa vida de cada dia.

Posteriormente, Dematteis (1985), completa e aprofunda o estudo sobre a história da geografia, desde a antiguidade, evidenciando a constituição dos territórios pelas sociedades, as metáforas e as categorias de abordagem geográfica, o que, sucintamente, retoma em obra de 1995, com uma conotação também epistemológica, muito bem revelada pelo título da obra: *Projeto implícito – a contribuição da geografia humana às ciências do território*. Indica elementos importantes do pensamento geográfico, procedimentos para a pesquisa da geografia e orientações para a constituição de uma *geografia da complexidade*, centrada em estudos territoriais.

Em Saquet (2004), a partir destas e outras leituras, tentamos avançar na compreensão das diferentes abordagens do conceito de território. De cada autor e obra elegidos da literatura italiana, procuramos apreender aspectos do método filosófico adotado; as dimensões predominantes (E-P-C-N) e como trabalham a relação espaço-tempo. Também evidenciamos como cada autor considera

as redes, a identidade e o poder, enfim, o reconhecimento ou não do movimento interno e externo ao território. A apreensão ou não da *idéia* e da *matéria*, conjugadas ou não, no *real*, também foi observada.

Por fim, Quaini (2003) detalha os procedimentos basilares para uma pesquisa desta natureza. São eles: selecionar e utilizar as obras produzidas com bastante tempo e dedicação; narrar com reflexão (a história da geografia), mais como uma problemática do que como uma solução; apreender a complexidade de relações sociais existentes entre pesquisadores, grupos de estudos e universidades; identificar as categorias utilizadas, reconstruindo *caminhos* percorridos e entrevistando autores sobre sua história de vida e produção intelectual. Não se trata de compreender e narrar indivíduos singulares, mas suas obras, relações, grupos de pesquisas, os contextos, os lugares em distintas escalas, nos quais se inserem e vivem, reconstruindo detalhes e sutilezas que, muitas vezes, as obras escritas e publicadas não deixam transparecer. E esta proposição é ratificada posteriormente por este autor (Quaini, 2005), quando afirma que, tanto para se estudar um indivíduo como uma *comunidade* complexa, um lugar, o pensamento, é fundamental contemplar aspectos do movimento conjuntural, intimamente ligado ao processo histórico.

Sucintamente, tanto G. Dematteis como M. Quaini, C. Raffestin e R. Haesbaert mostram orientações e procedimentos para o estudo da geografia, evidenciando o processo histórico e a contextualização. É uma abordagem de aspectos do pensamento geográfico (e de outras ciências), centrada no movimento histórico e em relações multiescalares efetivadas entre diferentes pesquisadores em distintos lugares, com múltiplas determinações. Compreender a constituição da denominada geografia crítica e de *novas* concepções do território, significa entender, necessariamente, os fatores condicionantes, as necessidades, as mudanças que se processavam no mundo da vida, as articulações, os processos relacionais que determinaram e caracterizaram a geografia (e outras ciências) do pós-1950-70. A produção do

conhecimento e do pensamento é processual e relacional, simultaneamente.

Trata-se de um percurso não completo, que convida a outros estudos. Estudar o movimento significa estudar os indivíduos e grupos, momentos e/ou períodos históricos e lugares, articulados entre si. Estudar o pensamento desta maneira corresponde à apreensão de aspectos do *real*, da vida de pesquisadores e de muitas pessoas envolvidas com o fazer geografia.

### **A re-elaboração do conceito de território entre os anos 1950-80: perspectivas basilares de abordagem**

Inicialmente cabe mencionar, juntamente com Corrêa (1995) que, no período que compreende entre 1870 e 1950, a geografia, denominada tradicional, privilegiou os conceitos de paisagem e região, debatendo-se o objeto de estudo desta ciência e se evidenciando, sobretudo, aspectos descritivos e aparentes da dinâmica socioespacial. Os estudos de geografia, neste período, conforme Corrêa (1995), estiveram centrados no ideário positivista (empírico e lógico) e do historicismo. Nem o espaço geográfico nem o território foram conceitos centrais nesta fase de produção do conhecimento geográfico.

Apenas na década de 1950, de acordo com este mesmo autor, é que o espaço geográfico aparece em algumas obras de geografia como *conceito-chave*. Enquanto isto, o conceito de paisagem perde importância e o de região é trabalhado, proeminentemente, como classificação de áreas. O conceito de território também não tem centralidade na *nova geografia*. É trabalhado de maneira renovada, em obras como a de Gottmann (1952), entendido, sucintamente, com um caráter político-administrativo para além do Estado-Nação, contemplando-se aspectos *materiais* e ligados ao mundo das *idéias*. No entanto, não há uma expansão desta abordagem neste período.

É a partir dos anos 1960-70, com a utilização, sobretudo, de princípios do materialismo histórico e dialético, que se dará a revisão e a intensificação da utilização dos conceitos de território e



territorialidade. Estes conceitos são *redescobertos*, na filosofia e em estudos de ciências sociais, neste período, a partir de obras como as de Dematteis (1964), Deleuze e Guattari (1972/1976), Gottmann (1973), Raffestin e Guichonnet (1974), Vagaggini e Dematteis (1976), Bagnasco (1977), entre outras.

Desta maneira, ocorre uma preocupação mais sistemática com os conceitos de território e territorialidade, especialmente a partir dos anos 1970-80, delineando-se três grandes vertentes de abordagem: a) uma *a partir e com* os estudos de J. Gottmann e R. Sack; b) outra, com argumentações de G. Deleuze, F. Guattari, M. Foucault, H. Lefebvre e C. Raffestin; e, uma terceira, com as concepções de G. Dematteis, A. Bagnasco, F. Indovina, A. Magnaghi e M. Quaini. A segunda é a mais conhecida, difundida e utilizada no Brasil, com ajustes e arranjos às vezes bem específicos, a partir, por exemplo, de Raffestin (1980/1981/1993) ou de Deleuze e Gattari (1972/1976). Já a terceira, é a menos conhecida no Brasil e ganha destaque há pouco tempo, com debates e estudos sobre o desenvolvimento local. Evidentemente, existem outras obras e autores, no exterior e no Brasil, mas evidenciamos estas que estamos considerando basilares. Em muitas situações, tenta-se articular, por exemplo, aspectos da abordagem de C. Raffestin com a de G. Dematteis; da de J. Gottmann com a de C. Raffestin; deste último com R. Sack etc., muitas vezes de forma confusa e sem uma preocupação teórico-metodológica. Por isto, precisamos tomar cuidado, para se ter clareza do *caminho* pelo qual se está optando ou tentando construir.

Neste contexto, o conceito de território é tratado, ora pelo viés da filosofia, ora da geografia, da economia ou da sociologia. Ora, de forma articulada, considerando-se as diferentes dimensões sociais de sua constituição no *real*. Re-aparece em Dematteis (1964), como produto de relações sociais efetivadas no âmbito da família, da *comunidade* rural e destes com agentes da cidade, historicamente condicionado e caracterizado econômica, política e culturalmente, em *tramas* socioespaciais; em Deleuze e Guattari (1972/1976) compreendido como fluxos, conexões, articulações,

codificação e decodificação, poder. Estes fazem uma reflexão profunda sobre a re-produção do capital, destacando o desejo como um processo inerente a esta lógica; em Gottmann (1973), considerando suas dimensões sociais, da economia, da cultura e da (geo)política, destacando o caráter político-administrativo, ligado ao Estado-Nação (componentes *materiais*) e aspectos *psicológicos* (dos povos); em Raffestin e Guichonnet (1974) ligado às suas preocupações e argumentações geopolíticas; em Vagaggini e Dematteis (1976), como um conceito que pode permitir, juntamente com um aporte metodológico apropriado, uma compreensão do movimento no *real* e, em Bagnasco (1977), inerente à sua preocupação em explicar a *problemática territorial do desenvolvimento econômico italiano*, entendendo o conceito de território para além de área, com formas espaciais, conexão, articulação, produto e condição da dinâmica socioespacial.

Algumas considerações, desta maneira, fazem-se necessárias, no intuito de contribuirmos para esclarecer as distintas abordagens. Iniciamos com F. Ratzel, um dos grandes precursores da denominada geografia moderna e da discussão do território de forma sistemática. Ratzel (1990), fundamentara sua análise geográfica nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas: observação, descrição, comparação e classificação, compreendendo a *Antropogeografia* como uma ciência comparada. Por isso, naturaliza o povo e o território, ligando-o ao Estado-Nação. O solo é o elemento fundamental do Estado e sua unidade, condicionando, entre outros fatores, o *crescimento espacial dos Estados*. Em Ratzel (1990 e 1990a), o território, ora aparece como sinônimo de ambiente, ora como solo, ora como Estado-Nação.

Ratzel (1990 e 1990a) faz uma tentativa de avançar na abordagem do homem ligado ao solo/ambiente, sinalizando para além da (geo)política através de elementos da cultura (religião) e da economia (comércio), porém, em virtude de sua proposta teórico-metodológica, não consegue apreender coerentemente estas três dimensões ao tratar do território. Este autor prussiano não supera a visão naturalista de território, herdada de ciências como a

biologia, apesar do esforço em produzir uma geografia das relações e de trabalhar a relação entre diferentes ciências.

Já na segunda metade do século XX, Gottmann (1973), em continuidade a sua argumentação da obra de 1952, afirma que a noção de *organização política* é central na definição do conceito de território. Daí, a importância dos conceitos de soberania e Estado, como instituição em que há autoridade, delimitação no *exercício da soberania* e que mantém relações externas. Ao mesmo tempo, J. Gottmann define os *significados* do território ligados ao *progresso tecnológico*, ao incremento da mobilidade populacional e à soberania no contexto do direito internacional. Assim o conceito de território não pode ser classificado como *físico* ou fenômeno *inanimado*, mas como uma área onde há um *elemento de centralidade*, que pode ser uma *autoridade exercendo soberania* sobre as pessoas ou o *uso* de um lugar. Direito, política e jurisdição são atributos específicos dos homens e estão presentes na constituição do território que significa, sucintamente, para Gottmann (1973), uma *expressão geográfica* na dominação social em uma certa área, substantivando uma concepção distinta da de F. Ratzel e subsidiando outras abordagens, em diferentes países, como a de R. Sack, na década seguinte.

Sack (1986), ao sinalizar para uma abordagem múltipla, também destaca a dimensão política e o simultâneo papel das fronteiras na influência de uma ou mais pessoas sobre outras, na definição da territorialidade humana como estratégia de dominação. A delimitação de uma área se torna um território quando alguma *autoridade* a usa para influenciar, moldar ou controlar atividades e indivíduos, sendo que esta *autoridade* pode estar *fora* da área/território.

Robert Sack, ratificando alguns aspectos da abordagem de Gottmann (1973), entende a territorialidade como a *tentativa* de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. A territorialidade, como afirma Sack (1986), é uma *expressão geográfica* do exercício do poder em uma

certa área. Esta área é o território. Para este autor, porém, nem toda área é território. Este deriva de estratégias de domínio e controle, numa área delimitada, especialmente, pela atuação do Estado que condiciona *comportamentos* através da comunicação e de relações de poder.

Noutra perspectiva construída nos anos 1970, Raffestin (1980/1981/1993), um dos estudos que têm marcado a geografia (humana) brasileira, também destaca o caráter político do território, porém, com uma conotação distinta da de R. Sack. Ao mesmo tempo, referenciando-se em Henri Lefebvre, afirma que o território é um espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder. Também, alerta para os signos da vida cotidiana. O território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Isso, de acordo com Raffestin, assenta-se na construção de *malhas, nós e redes*, delimitando *campos* de ações, de poder, nas práticas espaciais e constituem o território.

Um aspecto quase negligenciado nas abordagens referentes à contribuição de Raffestin (1980/1981/1993), embora não desenvolva suficientemente nesta obra, diz respeito ao que denomina de *sistema territorial*, resultado das relações de poder do Estado, das empresas e outras organizações e dos indivíduos. Estes *atores* produzem as *tessituras*, mais ou menos delimitáveis e as territorialidades que se inscrevem nas dinâmicas políticas, econômicas e culturais. O território corresponde ao *mundo material*.

Há indícios para uma articulação entre as dimensões sociais do território, simultaneamente. Uma contribuição importante de Raffestin (1980/1981/1993) para nossa reflexão e pouco trabalhada na geografia brasileira atual, tem relação à consideração da natureza como elemento presente no território. Este autor sinaliza para esta questão, enfatizando o uso e a transformação dos *recursos naturais* como instrumentos (trunfos) de poder.

Outra contribuição fundamental de Claude Raffestin, em outra obra (1984), diz respeito ao que denomina de *processo TDR* (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), que se dá em virtude de fatores, principalmente, econômicos: o mercado é um *lugar de emissão de símbolos*, sinais, códigos. Estes estão presentes, para C. Raffestin, a partir da argumentação de Deleuze e Guattari (1972/1976), na dinâmica econômica, nas informações e comunicações, nos preços e também significam reterritorialização. O processo de *TDR* gera um *espaço temporalizado* em razão destas informações que circulam e comunicam. A territorialização, para Raffestin (1984), é um processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações, substantivando uma abordagem relacional e transescalar do território e da territorialidade.

Da literatura italiana, é importante mencionar algumas obras, por sua significação nas distintas trajetórias que foram sendo constituídas, como Vagaggini e Dematteis (1976) e Bagnasco (1977). Para Vagaggini e Dematteis (1976), os fluxos e as redes, em *tramas*, são centrais nos estudos de geografia, do mesmo modo que o processo histórico e as relações sociais. O conceito de território consta, na argumentação destes autores, entendido como espaço usado, apropriado e controlado, fruto de relações sociais de produção que se reproduzem no processo de *estruturação* do território. Propõem uma abordagem material, relacional e processual do território.

Bagnasco (1977), por sua vez, compreende o território como área, com características econômicas, políticas e culturais específicas, na qual seus agentes sociais mantêm relações com agentes de outras áreas. Ligação que se dá tanto no nível interno como externamente, em virtude, especialmente, da ciranda mercantil. Porém, Arnaldo Bagnasco, coerentemente, aborda, simultaneamente, elementos políticos e culturais da constituição dos territórios e das suas articulações, enfatizando as dimensões econômica e política. Estas *partes territoriais* têm características específicas e estão em articulação, sendo que esta articulação assume um caráter central, a ponto de ser considerada, ela mesma,

uma das múltiplas determinações de uma *realidade concreta*. O território, além de área e formas espaciais, é conexão; resultado e condição da dinâmica socioespacial e é compreendido a partir de elementos das concepções teórico-metodológicas de A. Gramsci e M. Weber.

Nos anos 1980, como já deixamos transparecer, também há obras fundamentais centradas nos conceitos de território e territorialidade, como as de Raffestin (1980/1981/1993), Dematteis (1985) e Sack (1986). Diferentemente da abordagem de R. Sack e ratificando aspectos da de C. Raffestin, anteriormente mencionados, Dematteis (1985), geógrafo italiano, compreende o território ligado ao que denomina de *espaço-ambiente material modelado* pelas forças políticas e do mercado e não como duas instâncias separadas em níveis distintos: não há território sem uma *trama* de relações sociais. Nesta trama, há interações entre a *Terra* e o *território*. Espaço e território não estão separados em sua concepção de geografia. Giuseppe Dematteis reconhece, ainda, a fluidez do tempo histórico, as mudanças, os conflitos, a dominação e as relações transescalares. É uma abordagem também relacional e processual do território e da territorialidade.

Nos anos 1990 há uma expansão bastante considerável dos estudos territoriais, tanto *quanti* como qualitativamente, no Brasil e em outros países. Destacam-se autores como G. Dematteis, M. C. Andrade, M. Santos, C. Raffestin, A. Bagnasco, G. Deleuze, F. Guattari, O. Ianni, F. Governa, E. Rullani, E. Turri e tantos outros, que substantivam diferentes abordagens a partir de cada grupo de estudos, departamento, universidade, enfim, de cada contexto de vida e estudos, que precisam ser melhor compreendidos. As que evidenciamos nesta oportunidade, são apenas algumas obras fundamentais, entre outras, a quem se dedica aos estudos territoriais, que expressam alguns sinais da complexidade da problemática em questão.

Uma questão fundamental, nesta reflexão, é reconhecer as interfaces e as interligações existentes entre as diferentes dimensões do território. O processo de apropriação do território é

econômico, político e cultural, no qual, a natureza exterior ao homem está presente e é influente, como já afirmamos. O território é resultado e condição desta articulação e unidade.

Por isso, há posições/abordagens múltiplas, que tentam contemplar as relações entre as diferentes dimensões sociais do território, ora privilegiando aspectos políticos e econômicos [Raffestin (1980/1981/1993), Bagnasco (1977) e Saquet (2003/2001), por exemplo], ora econômicos e culturais [Dematteis (1995) e Raffestin (1984)], ora culturais e políticos [Haesbaert (1997) e Gallo (2000)]. As diferentes dimensões *são e estão* relacionadas e, por isso, condicionam-se; são indissociáveis e o reconhecimento desta combinação e unidade se faz necessário para tentarmos superar os limites impostos por cada concepção feita isoladamente, o que remete a dicotomização na abordagem geográfica.

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades. Estes processos (des-re-territorialização) são concomitantes, nos quais, a natureza exterior ao homem é um dos componentes importantes.

### **A des e a re-territorialização**

Como explicamos em Saquet (2003/2001), os processos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização estão ligados, complementam-se incessantemente. Na descontinuidade, há a re-produção de elementos/aspectos inerentes à vida diária dos sujeitos sociais, *material e ideologicamente*. Na mobilidade de força de trabalho, na viagem, os migrantes também vivem, experimentam, têm relações, territorialidades. E, re-territorializando-se, re-produzem aspectos da forma de vida anterior, cultural, econômica e politicamente.

As forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a des-territorialidade e as *novas* territorialidades. Por isso, é necessário contextualizar estes processos em cada momento, período e lugar, num constante movimento de des-territorialização e re-territorialização ou, de *des-re-territorialização* como afirma Haesbaert (1997). Ou ainda, no processo de *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização* (*TDR*) como apontara Raffestin (1984) ou, de territorialização e desterritorialização como propugnaram Deleuze e Guattari (1972/1976).

A territorialização é marcada pelo movimento de reprodução de relações sociais e por uma complexidade cada vez maior nas forças produtivas (máquinas, redes de circulação e comunicação...). Desta forma, a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em *seus* agentes sociais. A noção de territorialidade significa *materialidade* e *imaterialidade* em unidade, na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s), no movimento de *TDR*.

No final do século XIX, por exemplo, milhares de italianos foram des-territorializados, em virtude de fatores econômicos, políticos e culturais, como demonstramos em Saquet (2003/2001) e foram re-territorializados no Brasil, na Argentina, nos EUA, na Austrália e em outros países. Na viagem, viveram distintas situações, ações e re-ações (muitos morreram!), concretizando uma territorialidade bastante específica. No sul do Brasil, re-produziram atividades econômicas, políticas e culturais *a partir* e *com* experiências e conhecimentos que tinham de suas vidas na Itália. Aconteceram mudanças significativas em suas vidas, no entanto, houve uma certa continuidade em determinados aspectos. Não houve um desligamento total, nem mesmo com seus parentes e amigos que permaneceram na Itália.

Com isto, sua forma de vida, na Itália, foi um fator decisivo no ritmo e nas características da construção do território e do



desenvolvimento local. Edificaram templos, escolas, cidades, estradas, plantações agrícolas, produções industriais etc., articulando seus conhecimentos com experiências de alguns moradores do local. Há fatores sociais e naturais, locais e extra-locais, que condicionam suas vidas e o ritmo de desenvolvimento que é, ao mesmo tempo, histórico e multiescalar e significa a reprodução (i)material de suas vidas na Itália.

### **Por uma abordagem múltipla e (i)material do território**

No *real*, o movimento está no *interior* do próprio território. Todos vivemos territorialidades múltiplas. O movimento é histórico e multiescalar. O movimento é fruto de determinações territoriais, materiais e imateriais, ao mesmo tempo; de contradições sociais; das forças econômicas, políticas e culturais que condicionam os *saltos*. A *matéria* e a *idéia*, conjugadas, estão em movimento constante, em que, há superações, articulações territoriais, internas e externas a cada território.

O *velho* é re-criado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade. A continuidade ocorre na não-mudança e, na própria descontinuidade, que contém, *em-si*, elementos do momento e da *totalidade* anteriores. Com isso, o *velho* não é eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no *novo*, como ilustramos anteriormente. Há, aí, uma destruição criadora, presente, lenta e veloz, multiforme, às vezes explícita e às vezes implicitamente.

O território funda-se neste movimento, na diversidade e na unidade, nas desigualdades e diferenças, como afirmamos em Saquet (2003/2001). O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza.

Dematteis e Governa (2003 e 2005) também propugnam em favor das dimensões da economia, da política e da cultura que determinam mudanças na *organização territorial* e substantivam *territórios supra e intra-nacionais*, articulados ou, *novas territorialidades, novos territórios*. Para Dematteis e Governa (2003),

a *identidade territorial* e o território devem ser considerados levando-se em conta: a) a *coerência interna* de cada lugar, o que remete aos limites e diferenças; b) o processo histórico (continuidade no tempo), remetendo às tradições, à memória e à atitudes e, c) a *tensão teleológica*, que remete a projeções futuras. Somente assim, para estes autores, pode-se conhecer a identidade territorial. Na identidade há enraizamento, movimento, relações *coletivas* e organização política. Há uma relação de reciprocidade entre territorialidade e identidade: uma condiciona a constituição da outra e se concretizam de maneira histórica e multiescalar.

O estudo de Turri (2002), também subsidia nossa argumentação, compreendendo o território como uma construção histórica, com transformações sucessivas. Tem base em princípios da dialética: no *salto*, há mudanças sociais, territoriais e continuidades. A ruptura não comporta necessariamente uma perda da continuidade histórica.

Sucintamente, o movimento é composto por articulações territoriais, *horizontal* e *verticalmente*. Estas articulações são internas e externas ao território, estão na *T-D-R* e na *E-P-C-N*, na relação espaço-tempo, entre os lugares, indivíduos, setores, espaços, territórios, tempos. As articulações territoriais são relacionais e processuais; são múltiplas e estão em unidade.

O fato é que território e rede se condicionam reciprocamente. Ambos são relações e movimento e se inscrevem complementarmente. As redes de circulação e comunicação são meios na articulação interna do território e, ao mesmo tempo, são território e interligam-no a outros territórios, tornando o território “inicial/local” um *nó* ou um território articulado a outros territórios, econômica, política e culturalmente, como propugnara Dematteis (1995). No *real*, há um movimento incessante na sociedade e na natureza exterior ao homem. Mesmo na identidade há processualidade, interações e heterogeneidade. Há continuidade (permanências) na descontinuidade (mudanças) e descontinuidade na continuidade; múltiplas *formas* e *conteúdos*.

O que queremos reforçar é que o movimento e a heterogeneidade estão no território, nas relações que seus agentes sociais efetivam. O território pode ser compreendido de diferentes maneiras, às vezes, não excludentes. Existem abordagens que se complementam e são multidimensionais frente ao território. Há quem priorize uma das dimensões sociais. Porém, há abordagens múltiplas do território e da territorialidade humana e, por isto, mais apropriadas e coerentes com a complexidade do *real*.

No território também se conjugam, concomitantemente, *materialidades* e *imaterialidades*, no tempo e no espaço, como sinalizam J. Gottmann, G. Dematteis, G. Deleuze e F. Guattari. O território significa (i)materialidade; não é apenas substrato (palco) ou formas espaciais, nem apenas relações sociais. As próprias relações sociais têm uma (i)materialidade; são objetivas e subjetivas ao mesmo tempo; são plurais e coexistentes, mudam e permanecem, na vida cotidiana. Há uma unidade concreto-abstrata *no* e *do* território que precisa ser abstraída.

Em nossa vida cotidiana, há tempos e territórios simultâneos, recíprocos, contraditórios, em movimento e unidade, como expliquei em Saquet (2003/2001, 2004, 2004a e 2005). Movimento do tempo no território e do território no tempo. Movimento do tempo e do território em si mesmos, em suas conexões internas.

A abordagem territorial é um dos *caminhos* reflexivos para sua compreensão, trabalhando a relação tempo-espaço-território e a reciprocidade existente na E-P-C-N e nos processos de *T-D-R*. As conjugações conceituais, no nível do pensamento, são variadas e dependem do estudo que se faz.

No território, há temporalidades e territorialidades, descontinuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; *obras* e *conteúdos*. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material.

### **Referências bibliográficas**

BAGNASCO A., **Tre Italie**, La problematica territoriale dello sviluppo italiano, Bologna, Il Mulino, 1977.

CORRÊA R. L., **Região e organização espacial**, São Paulo, Ática, 1989.

CORRÊA R. L., Espaço: um conceito-chave da Geografia, In: CASTRO I., P. C. GOMES, R. L. CORRÊA, **Geografia: conceitos e temas**, Rio Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p.15-47.

DELEUZE G. e F. GUATTARI, **L'Anti-Oedipe**, Paris, Lês Editions de Minuit, 1972.

DELEUZE G. e F. GUATTARI, **O anti-Édipo**, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1976.

DEMATTEIS G., Alcuni relazioni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e i caratteri della casa rurale, **Atti 19º. Congresso Geografico Italiano**, Como, 1964, vol. III, p.239-253.

DEMATTEIS G., **"Rivoluzione quantitativa" e nuova geografia**, Lab. de Geografia Economica, n. 5, Università Degli Studi di Torino, Torino, 1970.

DEMATTEIS G., **Le metafore della Terra**, La geografia umana tra mito e scienza, Milano, Feltrinelli, 1985.

DEMATTEIS, G., **Progetto implicito**, Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio, Milano, Franco Angeli, 1995.

DEMATTEIS G. e GOVERNA F., Ha ancora senso parlare di identità territoriale? **Atti dei Convegni Lincei**, 194 – Convegno internazionale: La nuova cultura delle città, Roma, Accademia Nazionale dei Lincei, 2003. p.264-281.

DEMATTEIS G., e F. GOVERNA, Il territorio nello sviluppo locale. Il contributo del modelo Slot, In: DEMATTEIS G. e F. GOVERNA, (Org.), **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot**, Milano, Angeli, 2005, p.15-38.

GALLO A., State and territory: persistence and changes in the age of “globalisation”. In: BUZZETTI L., **Geography for Postmodern Society** – community, ecosystem, values, Roma, SGI, 2000, p.167-171.

GOTTMANN J., **La politique des États et leur Géographie**, Paris, Armand Colin, 1952.

GOTTMANN J., **The significance of territory**, Charlottesville, University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT R., **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**, Niterói, Rio de Janeiro, EdUFF, 1997.

HAESBAERT R., **O mito da desterritorialização**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

QUAINI M., Costruire ‘geostorie’ – un programma di ricerca per i giovani geografi, **Geostorie**, anno 11, n.1, 2003, Roma, p.3-15.

QUAINI M., Paesaggio, ambiente e geografia. Una vita per una geografia attiva. **Giornata di studi in memoria di Giuseppe Barbieri**, Firenze, 2005.

RAFFESTIN C., **Pour une géographie du pouvoir**, Paris, Litec, 1980.

RAFFESTIN C., **Per una geografia del potere**, Milano, Unicopli, 1981.

RAFFESTIN C., Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione, In: TURCO A., **Regione e regionalizzazione**, Milano, Franco Angeli, 1984, p.69-82.

RAFFESTIN C., **Por uma geografia do Poder**, São Paulo, Ática, 1993.

RAFFESTIN C. e P. GUICHONNET, **Géographie des frontières**, Paris, Universitaires de France, 1974.

RATZEL, F., Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C., **Ratzel**, São Paulo, Ática, 1990. p.32-107.

SAQUET, M.A. As diferentes abordagens do território e a apreensão ...

---

RATZEL, F., As leis do crescimento espacial dos estados. In: MORAES, A. C., **Ratzel**, São Paulo, Ática, 1990a. p.175-192.

SACK R., **Human territoriality: its theory and history**, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SANTOS M., **Metamorfoses do espaço habitado**, São Paulo, Hucitec, 1988.

SAQUET M., O tempo, o espaço e o território, In: SOUZA, E. e Á. SOUZA, (Org.), **Paisagem, território, região: em busca da identidade**, Cascavel, Edunioeste, 2000, p. 103-114.

SAQUET M., **Os tempos e os territórios da colonização italiana**, Porto Alegre, EST Edições, 2003/2001.

SAQUET M., O território: diferentes interpretações na literatura italiana, In: SPOSITO, E., M. SAQUET e A. RIBAS, (Org.), **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**, Francisco Beltrão, Edunioeste, 2004, p.121-147.

SAQUET M., A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território, **Anais do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades**, ULBRA/UFRGS, Canoas/Rio Grande do Sul, 2004a.

SAQUET M., Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território, In: SPOSITO E., (Org.), **Produção do espaço e redefinições regionais**. A construção de uma temática, Presidente Prudente, FCT/UNESP/GAsPERR, 2005, p.35-51.

TURRI E., **La conoscenza del territorio**, Metodologia per un'analisi storico-geografica, Venezia, Marsilio, 2002.

VAGAGGINI V., e G. DEMATTEIS, **I metodi analitici della geografia**, Firenze, La Nuova Italia, 1976.

Recebido em agosto de 2006  
Aceito para publicação em novembro de 2006